TIPO 1

PROVA DE INGRESSO NO MÓDULO III
Edital 015/2019

INSTRUÇÕES GERAIS – LEITURA OBRIGATÓRIA

1. Você está recebendo o caderno de prova, que contém, em suas páginas, 60 (sessenta) questões objetivas da Prova Seletiva Objetiva - 1º Etapa e 3 (três) questões discursivas da Prova Seletiva Discursiva – 2º Etapa. Confira o caderno, e se ele não estiver completo chame o fiscal.

2. Você está recebendo também um cartão-resposta contendo 60 (sessenta) questões da Prova Seletiva Objetiva - 1º Etapa e 3 (três) questões discursivas da Prova Seletiva Discursiva – 2º Etapa, que **NÃO PODEM SER SUBSTITUÍDOS**. Portanto, somente marque a resposta quando você tiver certeza de que ela é correta.

3. O cartão-resposta não pode ser rasurado, sob pena de desclassificação das respostas rasuradas.

4. Você deve marcar apenas uma letra em cada questão objetiva.

5. Para evitar possíveis enganos no preenchimento do cartão-resposta, anote primeiro as alternativas que você julgou corretas no próprio caderno de prova. Depois, marque-as no cartão-resposta.

6. Não é admitido o uso de material estranho ao caderno de prova, mesmo para rascunho, nem se permitirá qualquer comunicação entre os candidatos.

7. Ao final da prova você deverá devolver ao fiscal o gabarito preenchido e devidamente assinado no local indicado.

8. A duração da prova é de 3 (três) horas e 30 (trinta) minutos. A saída do candidato só será permitida após transcorrida 1 (uma) hora do início. Os três últimos candidatos a terminarem a prova deverão retirar-se da sala simultaneamente.

9. O gabarito com as respostas será publicado no portal da Esmesc, após às 12h do dia 15 de junho de 2019.

10. O período para a interposição de recursos à Prova Seletiva Objetiva - 1ª Etapa inicia em 18 de junho e termina no dia 20 de junho de 2019, às 15h. Os recursos deverão ser enviados para o e-mail: secretaria@esmesc.org.br.

11. O resultado final da primeira etapa será divulgado até o dia 24 de junho de 2019.

12. O período para a interposição de recursos a Prova Seletiva Discursiva – 2ª Etapa, será de 02 de julho até 04 de julho de 2019, às 15h. Os recursos deverão ser enviados para o e-mail: secretaria@esmesc.org.br .

13. Todos os recursos deverão ser encaminhados em formulário próprio disponível na página da Esmesc. Recursos apresentados em outros formulários não serão recebidos.

BOA PROVA!

Florianópolis, 15 de junho de 2019.

TIPO 1

PROVA DE INGRESSO NO MÓDULO III
Edital 015/2019
Prova Seletiva Objetiva – 1ª Etapa

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Assinale a única assertiva CORRETA relacionada aos "porquês":
a) Por que as informações importantes feitas pelo escrivão foram retiradas do processo?
b) Ainda não conseguimos compreender o porque da questão da prova ser anulada.
c) O aluno não conseguiu explicar o porque de não ter estudado para o exercício avaliativo.
d) O professor manifestou-se contrário ao relato do estudante porquê almejava a argumentação com fundamentação teórica.

2. Assinale a opção em que o uso dos "porquês" está CORRETO:
a) Dei-me um por que para eu não fazer as tarefas de hoje.
b) Não sei o porquê de tanta conversa em momento de estudo.
c) Sempre entendo o porque de você não querer estudar direito penal.
d) Porque você não organiza um grupo de estudos de direito civil?

3. Em relação ao uso da crase, assinale a alternativa em que a frase está CORRETA:
a) Ela demorou à chegar.
b) Esteja pronto para eu buscar você as 18 horas.
c) Dirijam-se à Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina.
d) Vou a Argentina para fazer estudos comparados de direito constitucional.

4. De acordo com as regras gramaticais do uso da crase, marque a única frase CORRETA:
a) Utiliza-se crase antes de substantivos masculinos, como em "andar à pé".
b) A crase é obrigatória entre substantivos iguais, como em "face à face" e "corpo à corpo".
c) Antes de verbo é necessário o uso da crase, como em "Ela aprendeu rapidamente à ler julgados".
d) Utiliza-se crase na frase "Todos ficaram atentos às conclusõesdo inquérito.", pois o adjetivo atentos pede a preposição "a".

5. De acordo com a nova ortografia, assinale a alternativa em que todas as palavras estão CORRETAS no tocante ao uso do hífen:
a) Boa-fé, bom-tom, bem-estar.
b) Castanha do pará, capim limão, erva doce.
c) Extra-oficial, infra-citado, neo-clássico.
d) Supra-citado, ultra-violeta, auto-biografia.

6. Assinale a alternativa em que apresenta a regra INCORRETA quando ao emprego do hífen, conforme a nova ortografia:
a) Os compostos por aglutinação em que se perdeu a noção da composição grafam-se sem hífen. São os casos de "mandachuva", de "girassol" e de "paraquedas".
b) Pela nova ortografia, perdem o hífen palavras compostas com "não". Exemplo: "não violência", "não fumante"e "não homologação".
c) Com a nova ortografia, não é utilizado o hífen em onomatopeias que usam duas ou mais vezes a mesma palavra. Exemplos: "blá blá blá", "corre corre" e "reco reco".

d) De acordo com a nova ortografia, utiliza-se hífen em compostos que designam espécies botânicas ou zoológicas. São os casos de "andorinha-grande" e de "ervilha-de-cheiro".

7. Sobre a acentuação gráfica na nova ortografia, assinale a alternativa em que fica evidente o ERRO:
a) Ele vai pôr o fone de ouvido na mochila logo que a aula inciar. (verbo).
b) Ele declarou todo o seu amor por mim. (preposição).
c) Ele vai trazer os livros para estudar na escola. (preposição).
d) Ele não pára de falar de seu novo livro. (verbo).

8. Sobre a regra do acento diferencial na nova ortografia, assinale a alternativa INCORRETA:
a) "Pôr" (verbo) mantém o acento circunflexo para que não seja confundido com a preposição "por".
b) "Pôde" (o verbo conjugado no passado) mantém o acento circunflexo para que não haja confusão com pode (o mesmo verbo conjugado no presente).
c) Com o acordo ortográfico, o acento diferencial permanece quando usado em "péla" (do verbo pelar) para diferenciar de "pela" (a união da preposição com o artigo).
d) Com a nova ortografia, é retirado o acento diferencial em "polo" (o substantivo) e "polo" (a união antiga e popular de por e lo).

9. Quanto ao uso da colocação pronominal, assinale a alternativa CORRETA:
a) Aquilo afasta-nos da realidade.
b) Embora me criticassem, acabaram sendo tolerantes.
c) Hoje, me recordo de tudo o que ocorreu naquela tarde de domingo.
d) Não dei-lhe permissão para sair.

10. Sobre a regra da colocação pronominal, assinale a alternativa INCORRETA:
a) A próclise ocorre mediante os seguintes casos: com pronomes relativos, com as conjunções subordinativas e em frases exclamativas ou interrogativas.
b) A mesóclise somente ocorre com os verbos conjugados no futuro do presente e futuro do pretérito.
c) A ênclise tem incidência em frase iniciada por verbo, desde que não esteja no futuro do presente ou no futuro do pretérito.
d) A ênclise é utilizada nos seguintes casos: em frases optativas que expressam desejos e previsões e com a preposição seguida de gerúndio.

DIREITO CIVIL

11. De acordo com o Código Civil, são causas de exclusão de ilicitude:
a) Legítima defesa, estado de necessidade e dolo de terceiro.
b) Exercício regular de direito reconhecido, estado de necessidade e dolo bilateral.
c) Exercício regular de direito reconhecido, estado de necessidade e erro substancial.
d) Legítima defesa, exercício regular de direito reconhecido e estado de necessidade.

12. Sobre as regras de aplicação da "exceção do contrato não cumprido" e da garantia de cumprimento da avença, é CORRETO afirmar:
a) Nos contratos unilaterais, nenhum dos contratantes, antes de cumprida a sua obrigação, pode exigir o implemento ~~da~~ do outro.
b) Se, depois de concluído o contrato, sobrevier a uma das partes contratantes diminuição em seu patrimônio capaz de comprometer ou tornar duvidosa a prestação pela qual se obrigou, pode a outra recusar-se à prestação que lhe incumbe, até que aquela satisfaça a que lhe compete ou dê garantia bastante de satisfazê-la.
c) Se, antes de concluído o contrato, sobrevier a uma das partes contratantes diminuição em seu patrimônio capaz de comprometer ou tornar duvidosa a prestação pela qual se obrigou, pode a outra recusar-se à prestação que lhe incumbe, até que aquela satisfaça a que lhe compete ou dê garantia bastante de satisfazê-la.
d) Não é possível nos contratos bilaterais a previsão da cláusula *solve et repete*.

13. Em se tratando de resolução do contrato por onerosidade excessiva, é CORRETO afirmar:
a) A resolução não poderá ser evitada, ainda que se oferecendo o réu a modificar equitativamente as condições do contrato.
b) Se no contrato as obrigações couberem a apenas uma das partes, poderá ela apenas pleitear que a sua prestação seja reduzida.
c) Aprecia-se a desproporção das prestações para fins de resolução do contrato segundo os valores vigentes ao tempo em que foi celebrado o negócio jurídico.
d) Os efeitos da sentença que a decretar a resolução retroagirão à data da citação.

14. Sobre a aplicação dos institutos da prescrição e da decadência, é CORRETO afirmar:
a) A prescrição ocorre em cinco anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.
b) A prescrição apenas pode ser interrompida pelo juiz.
c) Prescreve em dois anos a pretensão de reparação civil.
d) É nula a renúncia à decadência fixada em lei.

15. Sobre casamento e união estável é CORRETO afirmar:
a**)** Poderão os nubentes, no processo de habilitação, reduzir a termo a opção pela separação parcial, fazendo-se o pacto antenupcial por escritura pública, nas demais escolhas.
b) As dívidas contraídas para comprar, ainda a crédito, as coisas necessárias à economia doméstica, bem assim as quantias por empréstimo que a aquisição dessas coisas possa exigir, obrigam solidariamente os cônjuges.
c) Na união estável o regime de bens pode ser livremente estipulado, desde que no início da convivência "more uxorio".
d) A existência de causas suspensivas do casamento impede, consequentemente, a caracterização da união estável.

16. Não podem ser tutores e serão exonerados da tutela, caso a exerçam:
a) Os condenados por crime de furto, roubo, estelionato, falsidade, contra a família ou os costumes, tenham ou não cumprido pena.
b) Os maiores de sessenta anos.
c) Os impossibilitados por enfermidade.

d) Os militares em serviço.

17. Relativamente à sucessão testamentária, é CORRETO afirmar:
a) Caducará o testamento marítimo, ou aeronáutico, se o testador não morrer na viagem, nem nos noventa dias subsequentes ao seu desembarque em terra, onde possa fazer, na forma extraordinária, outro testamento.
b) Ainda que o testador não morra na guerra ou convalesça do ferimento, terá validade o testamento militar.
c) Se estiver fechado o codicilo, abrir-se-á do mesmo modo que o testamento cerrado.
d) A cláusula de inalienabilidade, imposta aos bens por ato de liberalidade, implica tão-somente a impenhorabilidade, mas não a incomunicabilidade.

18. Sobre o instituto da colação, assinale a alternativa CORRETA:
a) Entrará em colação o valor dos bens doados, bem assim o das benfeitorias acrescidas.
b) A dispensa da colação pode ser outorgada pelo doador apenas em testamento.
c) As doações remuneratórias de serviços feitos ao ascendente também estão sujeitas a colação.
d) Não virão à colação os gastos ordinários do ascendente com o descendente, enquanto menor, na sua educação, estudos, sustento, vestuário, tratamento nas enfermidades, enxoval, assim como as despesas de casamento, ou as feitas no interesse de sua defesa em processo-crime.

19.Com relação ao Direito Sucessório, é CORRETO afirmar:
a) O direito de representação sucessória, por ser uma questão de isonomia, dá-se também na linha reta ascendente.
b) Mesmo excluído da sucessão hereditária não está o suposto herdeiro obrigado a restituir os frutos e rendimentos que dos bens da herança houver percebido.
c) São pessoais os efeitos da exclusão; os descendentes do herdeiro excluído sucedem, como se ele morto fosse antes da abertura da sucessão.
d) Quando existir herdeiros necessários, o testador só poderá dispor de 75% da herança, haja vista o concurso de preferência entre credores.

20. Marcelo manteve relacionamento extraconjugal com Maria e dessa relação nasceu João, que foi reconhecido como filho por Marcelo quando tinha quatro anos. Muito embora tenha cumprido suas obrigações pecuniárias, Marcelo obstou todo e qualquer contato com João, que atualmente possui 20 anos e sequer conhece a meia-irmã, fruto do casamento do pai com Joana, sua esposa. Assinale a alternativa CORRETA:
a) É possível a João repudiar o reconhecimento de paternidade efetuado por Marcelo, desde que apresente justificativa razoável para tal.
b) É direito potestativo de João, em até dois anos da maioridade ou emancipação, afastar o reconhecimento da paternidade efetuado por Marcelo.
c) Não é possível à João impugnar a paternidade e, quando da morte de Marcelo, João receberá, juntamente com os demais herdeiros, a herança por ele deixada.
d) É direito potestativo de João, em até quatro anos da maioridade ou emancipação, afastar o reconhecimento da paternidade efetuado por Marcelo.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21. Sobre a competência no Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA:

a) Se o Estado ou o Distrito Federal for demandado, a ação poderá ser proposta no foro de domicílio do autor, no de ocorrência do ato ou fato que originou a demanda, no de situação da coisa ou na capital do respectivo ente federado.

b) A competência é a medida da jurisdição, pois, sem competência, o juízo não terá jurisdição para exercer.

c) A ação em que o ausente for réu será proposta no foro do domicílio do autor.

d) Se a ação versar sobre hipoteca, o foro competente será o do lugar do imóvel, em caráter absoluto.

22. Fulano, profissional autônomo, foi arrolado como testemunha em um processo. Devidamente intimado a comparecer, foi-lhe esclarecido que o não comparecimento poderia lhe gerar custos com o adiamento da audiência e eventual condução coercitiva.
Considerando o enunciado acima, assinale a alternativa CORRETA:

a) Fulano terá direito, somente, a ser ressarcido por seus deslocamento, já que sua ausência ao trabalho não poderá ser descontada dos seus rendimentos.

b) Fulano poderá não comparecer, desde que comprove que tem interesse na causa e é, por conseguinte, suspeito.

c) Fulano terá direito a ser indenizado por sua diária, o que compreende, além do transporte, o dia de trabalho perdido.

d) Fulano deverá comparecer e não terá direito a nenhum tipo de ressarcimento.

23. Sobre os sujeitos do processo civil, assinale a alternativa CORRETA:

a) Em caso de omissão ou revelia, o assistente simples será considerado como substituto processual do assistido.

b) Se o litisconsórcio for necessário, a ausência de um dos litisconsortes tornará a sentença, inevitavelmente, nula.

c) Os litisconsortes serão considerados, em suas relações com a parte adversa, litigantes distintos, e a confissão de um jamais poderá atingir o outro litisconsorte.

d) O perito não poderá promover o cumprimento da sentença em nome próprio, em relação aos honorários aprovados pelo juiz nos autos, pois não é parte no processo.

24. Fulano propôs ação de divórcio e partilha em face de Beltrano. Na inicial, narrou a existência de união estável prévia ao casamento, durante a qual ambos adquiriram um apartamento. Alegou que, depois de celebrado o casamento, ambos adquiriram outro bem, um veículo. No pedido, requereu o divórcio e a partilha dos bens adquiridos na constância do casamento, narrados na inicial.
Beltrano, em contestação, não impugnou os fatos narrados e concordou com a partilha dos bens adquiridos na constância do casamento.
Na sentença, o magistrado decretou o divórcio e determinou a partilha de ambos os bens (apartamento e veículo), sob a alegação de que todos os fatos narrados restaram incontroversos, e que era dever legal partilhar o apartamento.
Considerando o enunciado acima, assinale a alternativa CORRETA:

a) A sentença será totalmente nula, por ser *extra petita* e violar o princípio da congruência.

b) A sentença será parcialmente nula, por ser *extra petita* apenas em relação ao apartamento, e violar o princípio da congruência, nesta parte.

c) A sentença será anulável, pois dependerá de recurso próprio para ser anulada, sob pena de convalidação.

d) A sentença será válida, pois o magistrado aplicou a interpretação extensiva do pedido, que considera o conjunto da postulação e observa o princípio da boa-fé.

25. Fulano foi condenado, por sentença de primeiro grau, a devolver o imóvel a Beltrano, autor da demanda. Trata-se de uma promessa de compra e venda com a cessão da posse em caráter precário, para a qual foi pedida a resolução por inadimplemento e o retorno das partes ao *status quo* ante. A decisão transitou em julgado, e Beltrano requereu, em sede de cumprimento da sentença, a expedição do mandado de imissão na posse.
Fulano, no prazo legal, instaura impugnação ao cumprimento da sentença, requerendo a retenção do imóvel por benfeitorias, até que as mesmas sejam indenizadas. Apresentou valores e pediu a sua liquidação, nos próprios autos.
Considerando o enunciado acima, assinale a alternativa CORRETA:
a) O magistrado poderá conceder o efeito suspensivo à impugnação, pois, na hipótese, estão presentes todos os requisitos legais.
b) O magistrado não poderá conceder efeito suspensivo à impugnação, por ausência de requisito legal, mas deverá instaurar a liquidação das benfeitorias indenizáveis.
c) O magistrado deverá negar provimento à impugnação, liminarmente, por seus fundamentos serem contrários a dispositivo expresso de lei.
d) O magistrado deverá julgar procedente a impugnação, pois se trata de direito previsto em lei e, portanto, questão de ordem pública.

26. Fulano propõe ação de adjudicação compulsória contra Beltrano, tendo por base contrato de promessa de compra e venda com preço quitado, mas que não se encontra averbada junto à matrícula do imóvel. O processo está em sua fase postulatória. Cicrano, por sua vez, fica sabendo da existência desse processo, e figura como promitente comprador do mesmo imóvel, em outro contrato. Mas, assim como Fulano, não averbou a promessa junto à matrícula do imóvel. Seu contrato, porém, é anterior ao de Fulano.
Para fazer prevalecer o seu direito de promitente comprador, garantindo que a sua causa seja julgada antes da de Fulano, Cicrano deverá propor:
a) Embargos de terceiro.
b) Oposição.
c) Adjudicação compulsória.
d) Denunciação da lide.

27. Fulano interpõe impugnação ao cumprimento da sentença que versa sobre obrigação de pagar quantia certa. A impugnação é rejeitada pelo magistrado. Na decisão que a rejeita, o magistrado fixou honorários sucumbenciais em 10%. Considerando o enunciado acima, assinale a alternativa CORRETA:
a) O magistrado acertou, pois os honorários de sucumbência são devidos no cumprimento da sentença e na sua impugnação cumulativamente.
b) O magistrado errou, pois os honorários, em cumprimento de sentença, não poderão ultrapassar 10%.
c) O magistrado errou,pois, na hipótese de rejeição da impugnação ao cumprimento de sentença, não são cabíveis honorários advocatícios.
d) O magistrado errou, pois não são cabíveis honorários advocatícios em impugnação ao cumprimento da sentença, em nenhuma hipótese.

28. Incumbe ao relator, no tribunal:
a) Negar admissibilidade do recurso, mas somente após conceder prazo de 5 dias ao recorrente para que seja sanado vício ou complementada a documentação exigível.
b) Negar admissibilidade do recurso, sem a submissão ao contraditório.
c) Se constatar, durante a sessão de julgamento, a existência de fato superveniente à decisão recorrida, deverá oportunizar às partes que sustentem suas razões, oralmente e na sessão, acerca do fato.
d) Analisar, no juízo de admissibilidade do recurso extraordinário, a presença ou não de repercussão geral.

29. Sobre a reclamação, assinale a alternativa CORRETA:
a) É espécie *sui generis* de recurso, interposto diretamente no tribunal.
b) Quando julgada procedente, o tribunal cassará a decisão exorbitante de seu julgado ou determinará medida adequada à solução da controvérsia.
c) Quando julgada procedente, o tribunal reformará a decisão exorbitante de seu julgado ou determinará medida adequada à solução da controvérsia.
d) Somente terão legitimidade para a impugnar aqueles que forem parte no processo original, ou o Ministério Público.

30. Sobre os embargos de divergência, assinale a alternativa CORRETA:
a) São cabíveis quando, em recurso extraordinário ou especial, o acórdão do órgão fracionário divergir do julgamento de qualquer outro órgão do mesmo tribunal, sendo os acórdãos, embargado e paradigma, de mérito.
b) São cabíveis quando, em apelação, recurso extraordinário ou especial, o acórdão do órgão fracionário divergir do julgamento de qualquer outro órgão do mesmo tribunal, sendo os acórdãos, embargado e paradigma, de mérito.
c) São cabíveis quando, em recurso extraordinário ou especial, o acórdão do órgão fracionário divergir do julgamento de qualquer outro órgão de outro tribunal superior, sendo os acórdãos, embargado e paradigma, de mérito.
d) São cabíveis quando, em recurso extraordinário ou especial, o acórdão do órgão fracionário ou a decisão monocrática do relator que julgar o mérito recursal divergir do julgamento de qualquer outro órgão do mesmo tribunal, sendo os acórdãos, embargado e paradigma, de mérito.

DIREITO PENAL

31. Em relação às assertivas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:
I - Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.
II - A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, se ainda não decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
III - A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.
a) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
b) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
d) Todas as assertivas estão corretas.

32. Em relação às assertivas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:
I - Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ou no momento do resultado.
II - Aplica-se a lei brasileira, com prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional.
III - Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
a) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
b) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
c) Apenas a assertiva III está correta.
d) Todas as assertivas estão corretas.

33. Em relação às assertivas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:
I – O erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado não isenta de pena. Não se consideram, neste caso, as condições ou qualidades da vítima, senão as da pessoa contra quem o agente queria praticar o crime.
II – É isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima.
III – O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal, se inevitável, isenta de pena; se evitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço.
a) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
b) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
c)Apenas as assertivas II e III estão corretas.
d) Todas as assertivas estão corretas.

34. Em relação às assertivas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:
I – Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.
II – Mesmo quem tinha o dever legal de enfrentar o perigo pode alegar estado de necessidade.
III – Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele situação de perigo, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.
a) Apenas a assertiva I está correta.
b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
d) Todas as assertivas estão corretas.

35. Em relação às assertivas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:
I - O condenado por crime contra a administração pública terá a progressão de regime do cumprimento da pena condicionada à reparação do dano que causou, ou à devolução do produto do ilícito praticado, com os acréscimos legais.
II – No regime fechado, o condenado fica sujeito a trabalho em comum durante o período diurno, em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar.
III – O trabalho do preso será sempre remunerado, sendo-lhe garantidos os benefícios da Previdência Social.
a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
d) Todas as assertivas estão corretas.

36. Em relação às assertivas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:
I - Se o condenado for reincidente, o juiz poderá aplicar a substituição, desde que, em face de condenação anterior, a medida seja socialmente recomendável e a reincidência não se tenha operado em virtude da prática do mesmo crime.
II - A prestação pecuniária consiste no pagamento em dinheiro à vítima, a seus dependentes ou a entidade pública ou privada com destinação social, de importância fixada pelo juiz, não inferior a 1 (um) salário mínimo nem superior a 360 (trezentos e sessenta) salários mínimos.
III - A prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas é aplicável às condenações superiores a três meses de privação da liberdade.
a) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
b)Apenas as assertivas I e III estão corretas.
c) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
d) Todas as assertivas estão corretas.

37. Em relação às assertivas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:
I – O rol de atenuantes apresentado no Código Penal é exemplificativo, o que significa que o juiz, ao aplicar uma pena, poderá considerar alguma outra atenuante, ainda que não prevista em lei.
II - Para efeito de reincidência, não se consideram os crimes militares próprios e políticos.
III – O desconhecimento da lei é uma circunstância que sempre atenua a pena.
a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
d) Todas as assertivas estão corretas.

38. Em relação às assertivas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:
I - A rixa trata-se de uma luta, uma briga desordenada e de forma generalizada, envolvendo troca de agressões entre três ou mais pessoas, em que os lutadores visam todos os outros indistintamente.
II - Não há rixa quando existem dois grupos contrários, perfeitamente definidos, lutando entre si, porque, nessa hipótese, os integrantes de cada grupo serão responsabilizados pelas lesões corporais causadas nos integrantes do grupo contrário.
III - O crime de rixa é crime monossubjetivo.
a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
b) Apenas a assertiva I está correta.
c) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

39. Em relação às assertivas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:
I – Os crimes contra a dignidade sexual se processam em segredo de Justiça.
II – Todos os crimes contra a dignidade sexual se processam mediante ação penal pública condicionada à representação.
III – A prática de crime contra a dignidade sexual que resultar em gravidez justifica o aumento da pena de metade a dois terços.
a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
d) Todas as assertivas estão corretas.

40. Em relação às assertivas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:
I – O crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, previsto no art. 16 da Lei nº 10.826, é considerado crime hediondo.
II – Os crimes hediondos são insuscetíveis de fiança e liberdade provisória.
III – A pena por crime hediondo será cumprida em regime integralmente fechado.
a) Apenas a assertivas I está correta.
b) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
c) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
d) Todas as assertivas estão corretas.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

41. Por meio da Lei n. 13.491, de 13 de outubro de 2017, foram introduzidas importantes alterações na legislação penal e processual penal militar, em especial ampliando a competência das justiças militares (estaduais e federal) para julgamento de todos os crimes previstos na legislação comum, desde que praticados no exercício ou em razão da função militar. Por força desta alteração de competência, é ACERTADO afirmar:
a) Aplica-se a lei nova imediatamente, respeitando a validade dos atos já praticados.
b) Somente pode ser aplicada se importar em benefício ao acusado.
c) É aplicada a lei nova apenas aos processos em que não se iniciou a instrução.
d) A nova lei vigora desde logo e possui efeito retroativo.

42. Considerando a legislação e as características do inquérito policial, indique, dentre as assertivas abaixo, aquela que pode ser tida como VERDADEIRA:
a) Restando evidente a atipicidade da conduta, poderá a autoridade policial determinar o arquivamento do inquérito.
b) A autoridade policial poderá negar ao defensor o acesso a elementos de prova, desde que julgue importante manter o sigilo para a investigação.
c) Uma vez arquivado o inquérito, somente poderá ser retomado mediante expressa autorização judicial, independentemente de surgirem novas provas.
d) Pode ser instaurado de ofício se tiver como objeto a prática de delito de ação penal pública incondicionada.

43. O assistente da acusação é denominado parte contingente no processo penal, sendo certo que sobre isso NÃO se pode afirmar:
a) É descabida a intervenção do assistente da acusação na ação penal privada.
b) Recebe a causa no estado em que se encontrar, e será admitido até o trânsito em julgado.
c) O assistente pode interpor recurso de forma independente sempre que o Ministério Público deixar de recorrer.
d) Não há recurso previsto no Código de Processo Penal para o despacho que não o admitir no feito, mas a doutrina e a jurisprudência aceitam o mandado de segurança e a correição parcial para tal finalidade.

44. Tendo em conta as assertivas abaixo lançadas, é acertado aduzir em relação às prisões e medidas cautelares no processo penal:
I – Não pode o juiz decretar de ofício a prisão preventiva na fase do inquérito policial.
II – A prisão temporária tem duração de 05 (cinco dias), prorrogável por igual período.
III – As medidas cautelares alternativas à prisão não devem ser aplicadas cumulativamente, em face da proporcionalidade e da proibição de excesso.

IV – Descumprida medida cautelar alternativa à prisão, deverá o juiz decretar então a prisão preventiva do indiciado ou acusado.
V – Pode o juiz, independentemente de pedido do Ministério Público, converter a prisão em flagrante em preventiva caso presentes seus pressupostos.
a) Apenas as alternativas I, II e V estão corretas.
b) Apenas as alternativas III e IV estão corretas.
c) Somente a alternativa III está errada.
d) Apenas as alternativas II e V estão corretas.

45. A respeito das citações e intimações no processo penal, é EQUIVOCADO afirmar:
a) Admite-se a citação com hora certa, nos moldes do processo civil, se o oficial de justiça verificar e certificar que o réu se oculta para não ser citado.
b) O querelante ou o assistente será intimado da sentença diretamente na pessoa de seu advogado.
c) Mesmo o réu preso deve ser citado pessoalmente, sendo nula a citação por edital de réu preso na mesma unidade da federação em que o juiz exerce jurisdição.
d) Comparecendo o réu citado por edital, o feito retomará seu curso caso tenha sido suspenso em face de também não ter constituído defensor até então.

46. A prisão domiciliar ganhou especial relevo no processo penal brasileiro para substituir a prisão preventiva, sendo EQUIVOCADO a respeito afirmar:
a) É autorizada para mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos, desde que não tenha cometido o crime contra seu filho ou dependente.
b) Pode ser aplicada quando o agente simplesmente for maior de 80 (oitenta) anos.
c) A prisão domiciliar não pode ser cumulada com medidas cautelares alternativas à prisão.
d) É cabível à mulher gestante, desde que não tenha cometido crime com violência ou grave ameaça.

47. Sobre a sentença penal, aponte, dentre as alternativas abaixo elencadas, aquela que pode ser tida como CORRETA:
a) No prazo de dois dias, qualquer das partes poderá pedir ao juiz que esclareça a sentença, sempre que nela houver obscuridade, ambiguidade, contradição ou omissão.
b) O juiz poderá, caso discorde da definição jurídica atribuída na denúncia, dar ao fato nova capitulação jurídica, desde que o Ministério Público faça o aditamento após instado para tal.
c) Na sentença condenatória o juiz poderá fixar o valor que entender necessário para total reparação dos danos sofridos pela vítima.
d) Na sentença absolutória imprópria o acusado recebe o perdão judicial.

48. Contra a decisão que reconhece a inépcia da queixa, rejeitando-a, e em desfavor daquela que, após a resposta à acusação, absolve sumariamente o acusado, deve(m) ser interposto(s) o(s) seguinte(s) recurso(s):
a) Recurso em sentido estrito e correição parcial.
b) Apenas recurso em sentido estrito.
c) Somente apelação criminal.
d) Recurso em sentido estrito e apelação criminal.

49. Considerando a revisão criminal, indique a assertiva que NÃO apresenta erronia:
a) Não é propriamente recurso, mas ação autônoma de impugnação, pois instaura uma nova relação jurídica processual.
b) A revisão não pode ser requerida após a extinção da pena.
c) Pode a revisão ser manejada pelo querelante ou por seu procurador devidamente habilitado.
d) Se no curso da revisão criminal o interessado falecer, será julgada extinta sem julgamento de mérito.

50. A Lei n. 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas) possui algumas peculiaridades no campo processual penal, dentre as quais NÃO se pode destacar:
a) O número de testemunhas previsto para o procedimento é de até 5 (cinco).
b) Para lavratura do auto de prisão em flagrante e estabelecimento da materialidade do delito, é suficiente o laudo de constatação da natureza e quantidade da droga, firmado por perito oficial ou, na falta deste, por duas pessoas idôneas.
c) Oferecida a denúncia, o juiz ordenará a notificação do acusado para oferecer defesa prévia, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias.
d) Encerrados os debates na audiência de instrução, o juiz proferirá desde logo a sentença ou então no prazo de 10 (dez) dias.

DIREITO CONSTITUCIONAL

51. Em relação ao Poder Constituinte é CORRETO afirmar:
a) Conforme posição do STF as normas consideradas como clausulas pétreas não podem ser objeto de mudança de texto por meio de emenda constitucional, em razão de vedação expressa pelo art. 60 da CF/88.
b) O poder constituinte originário tem como titular, nos dias atuais, a nação por ser a expressão da vontade da maioria dos cidadãos.
c) O poder constituinte derivado é um poder politico, que surge por previsão constitucional e que tem por função alterar a Constituição por meio de emendas constitucionais.
d) A proposta de emenda constitucional rejeitada ou tida como prejudicada não poderá ser apreciada na mesma sessão legislativa, salvo se houver recurso da maioria absoluta dos membros da respectiva casa legislativa.

52. Sobre os direitos fundamentais é CORRETO afirmar:
a) Conforme posição do STF a aplicabilidade imediata dos direitos fundamentais só pode incidir sobre os direitos previstos em normas constitucionais de eficácia plena.
b) A liberdade de reunião tem como um de seus elementos o aspecto temporal, que pode ser entendido como o tempo previsto para exercício deste direito, sendo impossível reuniões de caráter permanente.
c) Para que os tratados internacionais sobre direitos humanos sejam incorporados ao direito interno é necessário a propositura de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC).
d) Conforme previsão expressa da CF/88, os estrangeiros não- residentes não podem ser considerados como titulares de direitos fundamentais.

53. Sobre a ordem econômica é INCORRETO afirmar:
a) As empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
b) Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

c) A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem- estar de seus habitantes.
d) As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro ou em títulos da dívida pública.

54. O controle de constitucionalidade estadual é o mecanismo hábil para proteger a Constituição do Estado-Membro. Sobre esse tema é CORRETO afirmar:
a) No controle de constitucionalidade estadual podem ser questionados leis federais, estaduais ou municipais que ofendam a constituição do Estado-Membro.
b) Em caso de ADI que envolva norma de reprodução obrigatória, presente na Constituição Estadual, não é possível recurso ao STF.
c) A Lei Catarinense n. 12069/01 prevê, no julgamento da ADI Estadual, a figura do Amicus Curiae.
d) Das decisões do Tribunal de Justiça em sede de controle concentrado cabe recurso ao STJ e ao STF.

55. Sobre a arguição de descumprimento de preceito fundamental é CORRETO afirmar:
a) A ADPF pode ser proposta para evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, resultante de ato do poder público.
b) Conforme entendimento do STF não é cabível a figura do Amicus Curiae na ADPF, em razão da ausência de previsão na lei que regulamenta esta ação.
c) Segundo a jurisprudência do STF as claúsulas pétras não podem ser consideradas como sendo preceitos fundamentais.
d) Em sede de ADPF não é permitido a aplicação da modulação dos efeitos da decisão de mérito que considere ato do poder público como ofensivo a preceito fundamental.

56. Sobre a criação de municípios é CORRETO afirmar:
a) Conforme posição do STF, em ausência da lei complementar federal, a criação de municípios deve seguir o previsto pela legislação do respectivo Estado-membro.
b) Para criação de município deve ser realizado um referendo as ´populações diretamente interessadas.
c) Após aprovação pela população diretamente interessada, o projeto de lei de criação de novo município será encaminhado a Assembléia Legislativa e posteriormente ao governador, que deve sancioná-lo, sem a possibilidade de exercício do poder de veto.
d) Conforme posição do STF na ADI 2240/BA a inexistência de lei complementar federal, requerida pela CF/88, impede a criação de novos municípios até sua elaboração.

57. Em relação ao poder judiciário, assinale a alternativa INCORRETA:
a) O acesso aos tribunais de segundo grau far-se-á por antiguidade e merecimento, alternadamente, apurados na última ou única entrância.
b) O ingresso na carreira de magistrado, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, será mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação.
c) A propositura de novas varas judiciárias é de competência da Assembléia Legislativa do respectivo Estado-Membro.
d) O número de juízes na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda judicial e à respectiva população.

58. Sobre a eleição do Presidente e Vice da República é CORRETO afirmar:
a) Se nenhum candidato a Presidente alcançar maioria absoluta na primeira votação, far-se-á nova eleição em até vinte dias após a proclamação do resultado, concorrendo os dois candidatos mais votados e considerando-se eleito aquele que obtiver a maioria dos votos válidos.
b) A eleição para Presidente da República permite que o candidato concorra de forma avulsa, sem estar filiado a partido político.
c) Em qualquer caso, após o primeiro turno, os dois candidatos mais votados devem disputar o segundo turno.
d) Na vacância dos cargos de Presidente e Vice, em qualquer período do mandato será feita nova eleição direita 90 após a formalização da vacância.

59. Sobre a lei complementar é CORRETO afirmar que:
a) Conforme disposição constitucional, a lei complementar é superior hierarquicamente a lei ordinária.
b) Cabe a lei complementar regular as matérias que a CF/88 tenha expressamente a previsto, sendo que nos casos em que prevê apenas lei, essa é interpretada como lei ordinária.
c) As leis complementares devem ser aprovadas por maioria absoluta, em dois turnos em cada casa do congresso nacional.
d) As leis complementares são dotadas de status supralegal..

60. Sobre a formação do Estado Constitucional é CORRETO afirmar que:
a) A limitação do poder Estatal, surgida com a Magna Carta, foi uma forma de legitimar o exercício do poder absoluto do soberano.
b) O estado de direito tem como um dos seus elementos mais importantes o princípio da legalidade, que estabelece que a Constituição e lei são os mecanismos para impor limites ao Poder estatal.
c) A limitação do poder estatal é um elemento presente nas constituições flexíveis de forma expressa, sendo portanto dotada de supremacia constitucional formal.
d) Ao estabelecer limites ao Poder estatal a Constituição não pode impedir que o governante pratique os atos que desejar e nem responsabilizá-lo por tais atos.

TIPO 1

PROVA DE INGRESSO NO MÓDULO III
Edital 015/2019
Prova Seletiva Discursiva – 2ª Etapa

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Faça a correção dos pronomes demonstrativos nas frases, de acordo com a norma culta da língua portuguesa. Ao verificar a necessidade de correção do pronome demonstrativo, reescreva a frase completa de cada uma das alternativas abaixo:

a) Esses são os assuntos da nossa próxima reunião: férias coletivas e evasão de alunos.

_____
_____

b) Este estudante que está ao seu lado não consegue fazer as atividades de Direito Constitucional.

_____
_____

c) Liberdade, igualdade e fraternidade: esse é o lema da Revolução Francesa.

_____
_____

d) O estudante fez essa pergunta: Professor, qual o conteúdo da nossa aula de amanhã?

_____
_____

e) Augusto e Valentina foram ao teatro assistir ao espetáculo "Hamlet". Aquele gostou muito da interpretação dos atores, esta nem tanto assim.

_____
_____

f) Por favor, busque essa caneta que está caída lá no fundo da sala de aula.

_____
_____

Caminho das repostas:

a) Estes são os assuntos da nossa próxima reunião: férias coletivas e evasão de alunos.
b) Esse estudante que está ao seu lado não consegue fazer as atividades de Direito Constitucional.
c) Liberdade, igualdade e fraternidade: esse é o lema da Revolução Francesa.
d) O estudante fez esta pergunta: Professor, qual o conteúdo da nossa aula de amanhã?
e) Augusto e Valentina foram ao teatro assistir ao espetáculo "Hamlet". Aquele gostou muito da interpretação dos atores, esta nem tanto assim.
f) Por favor, busque aquela caneta que está caída lá no fundo da sala de aula.

DIREITO

2. Fulano celebra contrato de compra e venda do imóvel de Beltrano, em 20 de março do corrente ano. O imóvel em questão não possui registro de matrícula junto ao Cartório de Registro de Imóveis da comarca em que está situado, o que faz com que o contrato, na verdade, constitua uma cessão onerosa de posse.
Fulano adquire a posse e passa a residir no imóvel. É, porém, surpreendido com uma intimação judicial informando que o referido imóvel foi penhorado nos autos de uma execução judicial na qual Beltrano, o cedente, figura como executado. A penhora ocorreu em 20 de abril do corrente ano, mas a execução foi proposta em 10 de outubro do ano passado.
Considerando o enunciado acima, o que Fulano poderá alegar e provar para evitar o reconhecimento da fraude à execução pelo juízo?

RESPOSTA: como se trata de bem não sujeito a registro, será ônus de Fulano, na posição de terceiro adquirente do bem, provar que adotou as cautelas necessárias para a aquisição, mediante a exibição das certidões pertinentes, obtidas no domicílio do devedor e no local onde se encontra o bem, à luz do que dispõe o §2º, do art. 792, do CPC.

TIPO 1

DIREITO

3. Esgotado o prazo para oferecimento da denúncia em caso de ação penal pública incondicionada, a vítima, por meio de seu procurador devidamente constituído, ajuizou ação penal privada subsidiária da pública. Nesse caso, é possível a eventual ocorrência de perempção?

RESPOSTA:

Tratando-se de ação penal privada subsidiária da pública, essencial considerar que somente é manejada em casos de ação penal pública onde a vítima ou seu representante legal oferecem a queixa em face do representante do Ministério Público ter deixado transcorrer seu prazo legal para tanto (art. 46 do CPP), conforme autoriza o art. 100, § 3º, do Código Penal: *"A ação de iniciativa privada pode intentar-se nos crimes de ação pública, se o Ministério Público não oferece denúncia no prazo legal".*

De outro lado, a perempção é causa extintiva da punibilidade que decorre da desídia do querelante que, intimado para participar ou praticar algum ato processual, não se manifesta, bem como, segundo alude a jurisprudência, deixa de postular a condenação do querelado em alegações finais, mostrando assim seu desinteresse pela causa.

Todavia, a perempção somente ocorre nas ações em que se procede mediante queixa ou por expressa determinação legal (vide art. 60 do CPP).

Ocorre que a ação penal privada subsidiária da pública tem natureza de ação pública e não perde esta condição mesmo que tenha a vítima ou seu representante legal suprido a inércia inicial do *dominus litis*, tanto que a parte final do art. 29 do CPP esclarece que, em caso de negligência do querelante, o Ministério Público retomará a ação como parte principal.

De tal forma, a resposta adequada é a de que não é possível a perempção na ação penal privada subsidiária da pública.